

CÂMARA LEGISLATIVA

Dentro e fora do plenário, primeira sessão do ano foi marcada por protestos em favor do impeachment do governador Ibaneis e da abertura da CPI do Banco Master. Governador diz estar “totalmente limpo nessa história”

Mila Ferreira/CB/D.A Press



O Palácio do Buriti não enviou representantes para ler a tradicional mensagem do Executivo aos distritais sobre a abertura dos trabalhos

Distritais retornam em clima tenso

» MILA FERREIRA

Tribuna

A sessão de abertura dos trabalhos na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ontem, foi marcada pela ausência de representantes do Governo do Distrito Federal (GDF) e por protestos dentro e fora do plenário. A tradicional mensagem do Executivo foi enviada, mas não foi lida em plenário. Antes do início da sessão, do lado de fora da Casa, deputados e militantes da oposição realizaram um ato pedindo o impeachment do governador Ibaneis Rocha (MDB) e a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. “Conversei com o governador e com o chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, e entendi que esse era um momento nosso, enquanto deputados. É um momento delicado. Chegamos a emitir os convites, mas depois eu liguei para eles e disse que faria uma sessão muito enxuta”, alegou o presidente da Casa, deputado Wellington Luiz (MDB). “Trago essa responsabilidade para mim também. Se alguém tem que ser responsabilizado, que seja eu, por uma tentativa de deixar que a Câmara faça o seu papel sem constranger ninguém do governo e sem sermos constrangidos também”, completou.

A mensagem do Executivo trouxe resultados das ações do governo na área da saúde, segurança pública, economia, educação, mobilidade, entre outras. “Nosso compromisso com Brasília é inatacável”, disse o documento, assinado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) e endereçado a Wellington Luiz. “Os desafios são muitos, no entanto, maior é nossa disposição para superá-los. (...) Após anos à frente da capital federal, reafirmo minha convicção de que o espírito colaborativo e o diálogo institucional são a base do êxito desta gestão”, destacou o texto do GDF.

Durante a sessão, não houve votação ou discussão de proposições, mas a palavra foi dada aos líderes. Somente a oposição fez uso dela. Falaram o deputado Chico Vigilante (PT), Fábio Félix (PSol), Paula Belmonte (PSDB) e Gabriel Magno (PT). O líder do MDB na Câmara, deputado Iolando (MDB), e o líder do governo na Câmara, deputado Hermeto (MDB), foram chamados, mas optaram por não falar na tribuna.

Os parlamentares de oposição focaram os discursos na defesa do impeachment do governador Ibaneis e na abertura da CPI do Banco Master. “A opção de compra do Master foi feita pelo governo, quem colocou o BRB nesta lama foi o governador, que fez a defesa inclusive nesta Casa”, discursou Paula Belmonte. “É uma crise ética do Distrito Federal. É responsabilidade da CLDF acompanhar a questão do BRB, porque salvar o banco é uma questão de honra. Muitos parlamentares que estão aqui votaram a favor da compra do Master”, acrescentou.

Chico Vigilante distribuiu à imprensa uma cópia do ofício enviado por Ibaneis Rocha à CLDF, em agosto de 2025, solicitando a apreciação do projeto de lei que autorizava o BRB a adquirir participação em instituições financeiras, conhecido como o projeto que autorizou o BRB a comprar o Master, aprovado na Casa no ano passado. No documento, é encaminhada uma exposição de motivos assinada pelo ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa.

No texto, é dito que “a aprovação do projeto é essencial para conferir legitimidade legal à atuação do BRB, permitindo expansão responsável, alinhada ao interesse público e à missão institucional do banco”. O documento justifica a pressa na aprovação do projeto. “A urgência se justifica para permitir que o BRB concretize a operação de aquisição do Banco Master em

Andressa Anholeta/Agência CLDF



Wellington Luiz durante a sessão de abertura dos trabalhos legislativos

Mila Ferreira/CB/D.A Press



Militantes e parlamentares da oposição cobraram a saída de Ibaneis

tempo hábil, aproveitando as condições de mercado favoráveis”, disse o documento.

“Não adianta dizer agora que a culpa é só do Paulo Henrique, porque o governador Ibaneis assinou o ofício. Quando ele mandou essa mensagem à Câmara, há havia o rombo de R\$ 12 bilhões no BRB. O projeto era para legalizar o rombo que já tinha sido feito”, lembrou Chico Vigilante. “É muito grave a situação vivida. Se o Banco Central não tivesse barrado a negociata, o BRB também teria comprado o Will Bank, o banco que foi liquidado recentemente”, destacou.

“Estou limpo”

Mais cedo, durante agenda pública, o governador Ibaneis foi questionado sobre os pedidos de impeachment protocolados na Câmara Legislativa e afirmou estar tranquilo. “É normal, é o trabalho da oposição. É extremamente democrático que eles o façam, mas tenho certeza que estou totalmente limpo nessa história”, disse o chefe do Executivo.

Antes do início da sessão, do lado de fora da CLDF, militantes e deputados de partidos da oposição realizaram um ato com cartazes e carro de som pedindo o impeachment de Ibaneis e a instalação da CPI para investigar a compra de carteiras de créditos falsas do Master pelo Banco de Brasília (BRB).

Dois pedidos de impeachment foram protocolados na CLDF, pelo PSol e pelo PSB. Hoje, o PT, PC do B, PV, PDT e Rede vão protocolar um novo pedido. “Esse é o maior escândalo de corrupção da história do Distrito Federal. O governador tem que ser afastado imediatamente. Se ele usou a posição de governador para entrar em um negócio fraudulento, ele não pode continuar no cargo, porque ele pode usar a mesma influência para interferir nas investigações”, disse Gabriel Magno.

“Pedido de impeachment tem a ver com correlação de forças. Até pouco tempo, a gente não tinha nem a possibilidade de pedir um impeachment, mesmo sabendo que tinha muita lambança no caso Master e BRB”, ressaltou Fábio Félix. “É preciso haver uma cobrança muito rigorosa. O governador é parte do problema, portanto, ele não tem condições de ser parte da solução”, ressaltou.

A CPI do Banco Master conta com a assinatura favorável de sete deputados distritais. Para que seja protocolada, são necessárias oito assinaturas. Quanto aos pedidos de impeachment, a Mesa Diretora tem até 20 dias para decidir se leva à frente ou arquiva os pedidos, prazo que ainda está em curso.

“Continuidade”

Em recente entrevista ao **Correio**, Wellington Luiz relembrou o contexto da aprovação do Projeto de Lei 1882/2025, que autorizou o BRB a adquirir participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e no exterior, que ficou conhecido como “o PL que autorizou o BRB a comprar o Master”. Wellington destacou que o autorizado foi apenas a continuidade das operações.

“À época, a Câmara enviou um documento assinado por mim para a Casa Civil dizendo que não tínhamos nenhum entendimento com relação a isso. Depois disso, o Ministério Público impetrou uma ação dizendo que a operação precisava passar pela CLDF”, lembrou o presidente da Casa. “A Justiça determinou que a operação precisaria passar pela Câmara e, então, nós aprovamos a continuidade da operação”, acrescentou.

Wellington Luiz ressaltou que a palavra final foi do Banco Central. “A aprovação ou desaprovação final quem dá é o BC. Em nenhum momento, contrariamos o entendimento final do BC”, disse.